



ISSN: 2310-0036

Vol. 15 | Nº. 1 | Ano 2024

**Regério Salvador Muteto**

Instituto Nacional de Estatística

mutetorogério@gmail.com

## O Papel das Estatísticas Públicas no Desenvolvimento do Capital Humano em Moçambique: Avanços e desafios.

### The Role of Public Statistics in the Development of Human Capital in Mozambique: Advances and challenges.

#### RESUMO

O presente artigo propõe o desafio de analisar o papel das estatísticas públicas no desenvolvimento do capital humano em Moçambique. As estatísticas constituem uma ferramenta fundamental na produção de políticas públicas. Tal facto tem sido expresso em discursos políticos oficiais e de ocasião, mas também em sessões de literacia e promoção da cultura estatística orientadas pelo Instituto Nacional de Estatística responsável pelas estatísticas oficiais nacionais. Não obstante o reconhecimento, poucos são os estudos nacionais que se valendo de metodologias científicas captam evidências de uso, de facto, das estatísticas na produção de políticas públicas. Por isso, este artigo recorrendo ao enfoque qualitativo procurou, por um lado, compreender os indicadores estatísticos sobre o capital humano e por outro, captar evidências do seu uso na produção de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento do capital humano, bem como, as mudanças e os desafios decorrentes desse uso. A análise apontou para o uso progressivo das estatísticas públicas nas políticas públicas orientadas para o desenvolvimento do capital humano, resultando em mudanças incrementais neste campo. Mas também, apontou desafios atinentes à sustentabilidade da produção estatística e da introdução de novas métricas para análises mais amplas e alinhamento preciso entre as políticas do capital humano e as prioridades de desenvolvimento do País.

**Palavras-chave:** Estatísticas públicas, Políticas públicas, Desenvolvimento, Capital Humano.

#### Abstract

This article takes on the challenge of analyzing the role of public statistics in the development of human capital in Mozambique. Public statistics constitute a fundamental tool in public policy. That has been expressed in official and occasional political speeches, but also in literacy and culture promotion sessions oriented by National Institute of Statistics responsible of official statistics. Despite of recognition there are few national studies that use scientific methodologies and capture evidence of the use of statistics in the production of public policies. Therefore this article resorting to a qualitative approach it sought on the one hand to understand the statistical indicators on human capital and on the other hand to capture evidence of its use in the production of public policies of the human capital as well as the changes and challenges arising from this use. The analysis showed the progressive use of public statistics in public policies aimed at the development of human capital resulting in incremental changes in this field. But it also presented challenges related to the sustainability of statistical production and the introduction of new metrics for broader analysis and precise alignment between human capital policies and the country's development priorities.

**Keywords:** Public statistics, Public policies, Development, Human Capital.



Rua: Comandante Gaivão n° 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: [reid@ucm.ac.mz](mailto:reid@ucm.ac.mz)

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

## 1. Introdução

O capital humano é um factor fundamental no desenvolvimento económico-social de todos países. No entanto, a condição para que tal aconteça é a criação e consolidação das suas habilidades técnicas, o que requer certas condições técnicas na criação de políticas públicas sobre o capital humano. As estatísticas públicas constituem algumas dessas condições técnicas. Em Moçambique, no período pós independência, o legado do sistema educativo colonial, a falta de condições técnicas e a Guerra Civil claudicaram sobremaneira, os potenciais ganhos provenientes das estatísticas públicas. Esse cenário mudou com a institucionalização das estatísticas através da criação do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Sistema Estatístico Nacional (SEN) em 1996, pela Lei do SEN, nº 7/96, de 5 de Julho.

Estes avanços ocorreram num contexto mais amplo impulsionado pelos movimentos globais sobre o Estado de Bem-Estar Social e pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, transformados, actualmente, em Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Jannuzzi, 2020), incorporados nas principais intenções das políticas públicas nacionais, sobretudo, do período pós guerra civil. A realização regular de várias operações estatísticas e dos quatro Censos da População e Habitação resultam de avanços significativos na institucionalização e constituição de importantes fontes de indicadores estatísticos para a produção de políticas públicas com base em evidências. Valendo-se dos pressupostos sobre a importância das estatísticas no desenvolvimento económico e social, o presente artigo procura analisar as contribuições destas nas políticas desenvolvimento do capital humano em Moçambique. Trata-se de uma análise que embora não ignore os vários instrumentos de que visam o desenvolvimento humano, centra-se, fundamentalmente, nas políticas educacionais, pois segundo Sousa Jr. (2002), a educação formal é o principal meio de construção do capital humano.

### 1.1. Problema e objectivos

A institucionalização das estatísticas públicas através da criação do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Sistema Estatístico Nacional (SEN) representou um ganho, pois, por um lado, vislumbrou reconhecimento da sua relevância nas transformações sociais e económicas do País e por outro lado, garantiu o potencial estatístico considerável em termos de condições técnicas e materiais para a produção de políticas públicas. O capital humano sendo um factor estratégico no desenvolvimento do País, a sua consolidação exige a adopção de políticas públicas elaboradas com base em evidências. A questão de reflexão que disso decorre é a seguinte: até que ponto as estatísticas públicas, enquanto ciência social, têm contribuído no desenvolvimento do capital humano em Moçambique? Esta questão inspirou a definição de dois objectivos de investigação, nomeadamente:

- i) Descrever a importância das Estatísticas Públicas e a sua institucionalização em Moçambique;
  - ii) Analisar e partilhar as contribuições e os desafios no uso das estatísticas públicas para o desenvolvimento do capital humano.
-

## **2. Metodologia**

O artigo recorre ao enfoque qualitativo que segundo Creswell (2007), a teoria e o estudo de caso constituem algumas das estratégias de investigação. O debate conceptual permitiu, por um lado, a definição e a delimitação do conceito envolto às estatísticas públicas e ao capital humano e por outro, o enquadramento teórico e a comparação de dados históricos para aferir avanços e desafios circunstanciais no uso de estatísticas para o desenvolvimento do capital humano. Por seu turno, a estratégia de estudo de caso vislumbrou-se na incidência em torno das evidências da presença das estatísticas públicas nos programas e planos da educação nacional. A revisão da literatura e a análise documental sobre as estatísticas e as políticas públicas educacionais, bem como a observação participante constituíram os principais métodos desta investigação.

## **3. Debate Conceptual**

### **3.1. Estatísticas Públicas**

Constitui estatísticas públicas, o conjunto de dados numéricos sobre uma determinada realidade económica, social, demográfica e ambiental, recolhidos e analisados de acordo com os padrões internacionais e colocados à disposição de um determinado público ou utilizadores para diversos usos (Carta Africana de Estatística, 2011). Embora haja consciência sobre a base epistemológica da estatística enquanto ciência e campo de conhecimento, intrinsecamente ligado à matemática, o seu uso e aplicabilidade no dimensionamento e tratamento de factos sociais, demográficos, económicos e ambientais, denota o seu indubitável enquadramento nas ciências sociais (Barbeta; 2002). Ao configurar práticas permanentes e operacionalizáveis num universo de arranjos institucionais com fins públicos assume-se como serviço público orientado para a responsividade e satisfação dos clientes, tal como augura a doutrina da Nova Gestão Pública (Hood, 1991; Lynn, 2003).

Essa visão ganhou acutilância com a emergência, na década 60, da política pública como alternativa ao modelo de planificação então vigente preterido pela sua rigidez e pouca eficiência (Matus, 1991). Outro factor relevante nesse hiato foi o Estado de bem-estar social. É que ao longo do século XX, a ampliação do escopo e a regularidade das estatísticas públicas acompanharam, pari-passu o fortalecimento do Estado e das políticas públicas, imperando uma lógica virtuosa e auto reforçadora entre estatísticas e políticas públicas, em que demandas mais sofisticadas de diagnósticos e desenho de políticas e programas requeriam e viabilizavam pesquisas mais detalhadas que com indicadores derivados em mais específicos, conduziam às mudanças incrementais e inovações nas políticas e programas (Jannuzzi, 2020).

#### **3.1.1 Fontes das estatísticas públicas**

As principais fontes das estatísticas públicas têm sido os censos, inquéritos, registos administrativos, publicações ou relatórios sínteses estatísticos. Os Censos são levantamentos exaustivos de dados sobre vários indicadores estatísticos e a sua aplicabilidade depende do contexto de cada sociedade, razão pela qual os quesitos que compõem os seus questionários evoluem em função das exigências sociais num determinado contexto (Jannuzzi, 2017). Os inquéritos são realizados à base de uma amostra ou uma parte de um universo populacional, sendo que as conclusões decorrentes dos seus resultados são passíveis de generalizações (Barbeta, 2002).

Os registos administrativos são constituídos por dados provenientes do trabalho corrente das instituições reaproveitados para fins estatísticos, especialmente, nos períodos entre Censos e Inquéritos, desde que a sua compilação tenha obedecido às metodologias estatísticas (Carta Africana de Estatística, 2011; Jannuzi, 2017). Nos debates estatísticos actuais, os actos administrativos são apontados como alternativa viável para a sustentabilidade da produção estatística, tendo em conta os custos exorbitantes dos Censos e Inquéritos (Makhatha & Rocha, 2019). Por seu turno, os relatórios e as publicações correntes constituem produtos provenientes da compilação ou sistematização de dados estatísticos de várias fontes.

### **3.2 Capital Humano**

O conceito do capital humano remete à compreensão das condições técnicas que potenciam contribuições do ser humano no desenvolvimento das organizações públicas e privadas, desde os primórdios da humanidade. Os estudos científicos promovidos por autores como Becker (1964) e Mincer (1958), ligados à Universidade de Chicago, constituem exemplos das discussões em torno do conceito sobre o capital humano, ao considerarem que todo o investimento feito por uma organização ou instituição na construção das habilidades técnicas dos seus recursos humanos, tem potencial de geração de rendimento económico para a própria empresa e a sociedade em geral. O facto é que para os autores supracitados, o capital humano pode ser entendido como conjunto de habilidades e valências técnicas acumuladas por indivíduos ao longo do tempo.

Por isso, a teoria do capital humano radica na corrente neoclássica e “defende que a decisão de investir em capital humano pressupõe uma análise de custo ou benefício baseada nas expectativas racionais, significando que os indivíduos investirão em capital humano se os benefícios esperados, a médio e longo prazo, excederem os custos actuais” (Sousa Jr. 2002). Por sua vez, Coleman (2017) assevera que as contribuições do Gary Backer, na sua obra *Human Capital* (1964) marcaram a ideia central do que actualmente, tem sido debatido e visto como capital humano, bem como, o seu papel central no pensamento económico, ao considerar que as habilidades e capacidades dos seres humanos são passíveis de serem *stock* de capital altamente dependente do seu investimento. Ora, em qualquer contexto nacional, investir no capital humano requer condições técnico-financeiras, das quais, as estatísticas públicas através de bases de dados de indicadores sociais, principalmente, as taxas de analfabetismo e de escolaridade constituem um ingrediente fundamental. Entretanto a informação sobre a situação do capital humano disponível no mercado, suas potencialidades e perspectivas de crescimento em função dos interesses das organizações, das políticas públicas e dos principais objectivos do Estado é obtida através das estatísticas públicas.

### **4. Políticas Públicas Sobre o Capital Humano em Moçambique**

Com a independência e fuga massiva dos Portugueses, o Estado Moçambicano definiu o desenvolvimento do capital humano como factor estratégico na transformação económica e social do País. Uma das medidas icónicas desse viés estratégico do capital humano foi a instituição do direito à educação na Constituição da República Popular de Moçambique e por outro lado, a decisão de 8 de Março de 1978 atinente à integração de um número significativo de Jovens, embora sem formação, para assumirem as funções na educação, saúde e administração civil (Simione, 2019).

No entanto, a planificação pouco consistente, aliada às estatísticas deficitárias, à falta de quadros qualificados e à guerra civil não propiciaram mudanças significativas. Esse cenário

---

manteve viva a visão e a imperiosidade de programas estatais para o desenvolvimento do capital humano, ensaiados e implementados nos anos subsequentes (Intanque & Subuhana, 2018). Com a constituição de 1990, no contexto da pacificação do País, a constituição de 2004 e as estratégias governamentais subsequentes, a importância do capital humano é reafirmada tendo a educação, como pilar e vector estratégico.

No entanto, essa empreitada depende de recursos e condições técnicas das quais, a estatística figura num dos pilares fundamentais, pese embora a não menção clara da sua importância nesses instrumentos. A criação do INE e do SEN, em 1996, representou, por um lado, uma importante etapa na resposta a esse desafio de dados estatísticos regulares e oportunos e por outro lado, potenciou oportunidade para que unidades orgânicas responsáveis por actos administrativos de colecta e compilação de dados dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia fossem constituídos Órgãos Delegados do INE à luz da Lei do SEN, nº 7/96 de 5 de Julho. Esse cenário, em termos de recursos, embora não suficientes, tem propiciado resultados e indicadores estatísticos aplicados na produção de políticas do capital humano.

#### **4.1 Principais Indicadores Usados no Desenvolvimento do Capital Humano**

A evolução da estatística aplicada, no século XX, influenciou sobremaneira, na elaboração de estudos de pobreza e desenvolvimento humano. São exemplos, os relatórios regulares das Nações Unidas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os estudos de pobreza promovidos pelo Ministério da Economia e Finanças em parceria com o INE. Sendo de uma base estatística proporcionam métricas para aferir o desenvolvimento do capital humano, exploradas neste artigo. Trata-se de taxas de escolaridade, de frequência escolar e de analfabetismo fornecidas pelos resultados dos Censos Populacionais e dos Inquéritos. Com os ODS emergiram novas temáticas e métricas, mormente: a proporção de jovens e adultos que têm habilidades em tecnologias de informação e comunicação; proporção de alunos que desenvolvem competências de leitura, escrita e cálculo requeridas para o ensino primário; e o índice de paridade de género na educação. Estes indicadores têm sido sustentáculo das necessidades em termos de políticas qualitativas e equilibradas sobre o capital humano.

#### **5. Uso das Estatísticas nas Políticas Públicas Sobre o Capital Humano**

Em Moçambique, desde a independência, realizou quatro Censos Populacionais, nos anos de 1980, 1997, 2007 e 2017. O Censo da População e Habitação de 1980, além de ter mostrado o mérito nacional, por ser o primeiro levantamento estatístico exaustivo conduzido pelo Estado independente, serviu de suporte na construção das séries temporais de dados demográficos e sociais actualizados, decenalmente e aplicados nas políticas públicas. Propiciou diagnósticos significativos sobre o capital humano, especialmente em matérias referentes à população activa, suas habilidades educacionais e profissionais. A título de exemplo, o referido Censo mostrou que a taxa de analfabetismo em Moçambique era de 73%, extremamente elevada e denunciadora da carência nacional em termos *stock* de capital humano.

O estabelecimento do Sistema Nacional de Educação pela Lei nº 4/83, de 23 de Março, sob premissa de uma educação que servisse de base para o povo tomar o poder e liderar o desenvolvimento económico e social (Brito, 2019), bem como a introdução do ensino particular e o reajustamento da Lei nº 4/83, de 23 de Março, pela Lei nº 6/92, de 6 de Maio, representaram um esforço para a reversão daqueles níveis de analfabetismo. Esse esforço foi consolidado com a Política da Educação, oficialmente lançada em 1995 e o Plano Estratégico da Educação (1999-2005) (Intanque, Subuhana, 2018),

Os estudos posteriores sobre os impactos sociais destas políticas educacionais, apoiando-se nos resultados do segundo Censo da População e Habitação, em 1997, mostraram melhorias, embora ténues. É o caso do estudo de Muzima e Arndt (2004) sobre a "Eficiência da Educação em Moçambique" que conclui ter havido expansão e aumento no número de pessoas com acesso ao ensino, evidenciados pelo crescimento da taxa de escolaridade bruta em 32 pontos percentuais, passando de 60% a 92%, no período de 1993 a 1999. As reformas curriculares de 2004, contemplando a introdução do plano do ensino básico, bem como a democratização do mesmo, através da aplicação de métodos de aprendizagem centrados no aluno, teve suporte nos dados estatísticos deste segundo Censo Populacional e também, nos dados administrativos educacionais tal como se pode ver nos respectivos indicadores de acompanhamento.

Nos anos subsequentes, os Censos da População e Habitação de 2007 e de 2017 serviram de termómetro para a medição dessas reformas curriculares. A título de exemplo, do cruzamento dos resultados destas operações estatísticas, nota-se uma redução da taxa de analfabetismo, de 50% em 2007, para 39% em 2017 (INE, 2017). No entanto, é interessante notar que os dados do Censo da População e Habitação de 2007 já haviam mostrado desequilíbrios nos resultados dos programas educacionais anteriores, especialmente, nos quesitos de cobertura, qualidade, inclusão social e regional. Por isso, a taxa de analfabetismo nas mulheres era de 64%, considerada maior em comparação com a dos homens, com 35 pontos percentuais.

Em termos específicos, os dados do Censo da População e Habitação de 2017 mostraram uma tendência de reversão da realidade diagnosticada em 2007, na medida em que a taxa de analfabetismo nas mulheres, reduziu de 64% em 2007, para 49 % em 2017. Mas também, ilustraram um outro desafio ligado à necessidade de expansão dos programas de desenvolvimento do capital humano para as zonas rurais. O facto é que as taxas de analfabetismo são gritantes nas zonas rurais, com 50% da população, em comparação com 18% das áreas urbanas. Igualmente, as mulheres das zonas rurais são as mais excluídas pelas políticas de desenvolvimento do capital humano, tal como ilustra a incidência da taxa de analfabetismo, de 62%, contra os 37% dos homens.

Uma análise focada no subsistema do ensino superior, por ser estratégico, mostra uma evolução positiva da percentagem de pessoas que concluem o ensino superior, de 59% em 2007, para 82% em 2017. Entretanto, enquanto a taxa de conclusão nos homens é de 60%, nas mulheres situa-se nos 39 pontos percentuais. Ainda de acordo com os dados deste subsistema de ensino, nota-se maior preferência pelos cursos das ciências sociais, com 16% de alunos, em relação a 7% das ciências naturais e engenharias (INE, 2021). Esse facto tem espreitado debates sobre o tipo de habilidades técnicas que as políticas da educação tendem a desenvolver no capital humano nacional, bem como a sua relevância para o desenvolvimento nacional.

Os programas de promoção de gosto pelas ciências exactas, engenharias e das bolsas de estudo para as raparigas que optam por estas áreas constituem iniciativas, visando inverter aquele cenário (INE, 2022). A imperiosidade da qualidade, equidade de acesso, das valências e das competências nas formações, no contexto dos Planos Estratégicos da Educação de 2006-2011 e 2020-2029 constituem outras iniciativas, ensejando o desenvolvimento integral do capital humano. Estes planos incorporam indicadores, quais sejam: taxas de escolarização bruta; taxas de analfabetismo e taxas de eficiência do ensino. Foram projectadas com base nos resultados dos censos da população e dos registos administrativos da educação, constituindo parâmetros de avaliação de desempenho e factor fundamental na alocação da despesa pública nacional.

A título de exemplo, no relatório sobre a educação em Moçambique do Fundo das Nações Unidas para a Infância (2019) é notório o peso médio (19,1%) da despesa deste sector em relação à despesa pública nacional, no período de 2008 a 2019. Este o peso médio do orçamento

---

da educação na despesa pública nacional, embora não seja discutido a sua qualidade, coloca Moçambique na posição dos países que gastam mais neste sector em comparação com os Países de Baixa Renda e da África Subsaariana, com cerca de 16,7% (UNICEF, 2019). Portanto, estes ganhos são viabilizados pela disponibilidade de dados estatísticos resultantes da sua institucionalização e das operações estatísticas que têm sido realizadas regularmente.

## **6. Considerações finais**

Com base neste artigo ilustrou-se que, pese embora, nos primeiros anos da independência nacional, as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento do capital humano tenham sido assombradas pelo contexto pouco favorável em termos de dados estatísticos, o advento dos Censos da População e Habitação, dos inquéritos e da institucionalização da capacidade estatística nacional potenciou mudanças significativas com a disponibilização regular de estatísticas públicas. Os dados estatísticos têm orientado a elaboração de diagnósticos, propostas de iniciativas e de programas de desenvolvimento do capital humano. Entretanto, a despeito de ganhos substanciais decorrentes da existência das instituições que produzem esses dados, o financiamento à sustentabilidade da produção estatística continua aquém das necessidades em termos da regularidade, oportunidade e pontualidade. A título de exemplo, as informações disponíveis sobre os índices de paridade do género são de 2016, o que pode impactar negativamente, na qualidade e precisão das políticas públicas de promoção deste grupo social, em desvantagem histórica.

Por fim, muitos dos indicadores sobre o capital humano, disponíveis actualmente em Moçambique são genéricos e referem às pessoas que concluem os níveis de ensino. Pouco informam sobre as habilidades adquiridas e o grau de aplicabilidade prática em função das prioridades de desenvolvimento nacional, limitando o mapeamento e a compreensão das competências acumuladas pelo capital humano ao longo do tempo. A reversão desse cenário dependerá da priorização do financiamento público sustentável às instituições produtoras das estatísticas públicas nacionais e ao alargamento da cobertura estatística através da introdução de inquéritos nacionais, sub-nacionais e sectoriais para avaliar as competências adquiridas nas instituições de ensino.

## **Referências**

- Muzima; Arndt. (2004). Eficiência da Educação em Moçambique.
- Barbeta, P. (2002). Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Brito, L. (2019). Frelimo, o marxismo e a construção do estado nacional 1962-1983. Maputo: IESE.
- Creswell, J. (2007). Projeto de Pesquisa. Brasil: Artmed.
- Coleman, T. (2017). Human capital. Chicago: University of Chicago Press.
- Fernando de Sousa, j. (2002). Desenvolvimento Humano e os Investimentos em Formação Médica: o caso de Moçambique. Lisboa: CeSA.
- Gary, B. (1964). Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press.
- Governo de Moçambique. Lei nº 7/96, de 5 de Julho. Regulamenta o funcionamento do SEN. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4/83, de 23 de Março. Aprova o Sistema Nacional de Educação e Define os Princípios Fundamentais na sua aplicação. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6/92, de 6 de Maio. Reajusta o quadro geral do Sistema Nacional de Educação e adequa às disposições nelas contidas. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

\_\_\_\_\_. Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006 a 2011. Maputo: MINEDH.

\_\_\_\_\_. Plano Estratégico da Educação e Cultura 2020 a 2029. Maputo: MINEDH.

Hood, C. (1991). Public management for all season? Royal Institute of Public Administration: Public Administration.

Intanque, S.; Subuhana, C. (2018). Educação pós-independência em Moçambique. Brasil: Revista África e Africanidades.

Instituto Nacional de Estatística. (2021). Anuário Estatístico Nacional. Maputo: INE.

\_\_\_\_\_. Resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1980. Maputo: INE.

\_\_\_\_\_. Resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997. Maputo: INE.

\_\_\_\_\_. Resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007. Maputo: INE.

\_\_\_\_\_. Resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017. Maputo: INE.

\_\_\_\_\_. (2017). Manual do IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo: INE.

JANNUZZI, P. M. (2020). Informação estatística e políticas públicas no Brasil: contribuições de pesquisas do IBGE para as políticas de desenvolvimento social e combate à fome (2004-2014). Monografia de conclusão do curso apresentada como requisito parcial para obtenção do certificado de especialista no curso de especialização em política e sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Jannuzzi, P. M. et al. (2020). Economia Política da Informação: por uma linha de pesquisa sobre as conexões entre estatísticas e Políticas Públicas: População, Território e Estatísticas Públicas: 20 anos de programas de Pós-Graduação da ENCE. Rio de Janeiro: IBGE.

Jannuzzi, P. M. (2019). Estatísticas e políticas públicas orientadas por evidências no Brasil: o caso das políticas de desenvolvimento dos anos 2000. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia e Estatística.

\_\_\_\_\_. (2018). Importância da informação estatística para políticas sociais no Brasil: experiência do passado para considerar no presente. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Populacionais.

\_\_\_\_\_. (2017). Indicadores Sociais no Brasil – conceitos, fontes de dados e aplicações. São Paulo: Alínea Editora.

Lynn, L. (2003). Recent trends in public management. University of Ljubljana: Družboslovne razprave.

Macefeely, S. (2016). The continuing evolution of official statistics: Some challenges and opportunities. Berlin: Journal of Official Statistics. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/31081284>.

Makhatha, N. Rocha, F. (2019). Avaliação dos Pares ao Sistema Estatístico Nacional de Moçambique. Adisababa: Programa Pan Africano de Estatísticas.

Mincer, J. (1958). Investment in human capital and personal income distribution. Chicago: In Journal of Political Economy.

Matus, C. (1991). O plano como aposta. São Paulo: São Paulo em Perspectiva.

---

Simione, D. (2019). Gestão Estratégica de Recursos Humanos: Já se pode falar dela na Administração Pública em Moçambique? São Paulo: Revista Foco.

UNICEF (2019) INFORME ORÇAMENTAL: EDUCAÇÃO MOÇAMBIQUE. Maputo: Nações Unidas.

União Africana. (2011). Carta Africana de Estatística. Adisababa: Comissão da União Africana.